

San Vitta S.A.

**Demonstrações financeiras em
31 de dezembro de 2024**

Conteúdo

Relatório da Administração	3
Balancos patrimoniais	6
Demonstrações de resultados	8
Demonstrações de resultados abrangentes	9
Demonstrações das mutações do patrimônio líquido	10
Demonstrações dos fluxos de caixa – Método indireto	11
Notas explicativas às demonstrações financeiras	13

MENSAGEM DA ADMINISTRAÇÃO

Com satisfação, apresentamos os resultados de 2024, ano de muitos desafios devido as diversidades próprias do ramo de transportes no Brasil.

A San Vitta S.A. tem sua sede em Erechim-RS e possui filiais na cidade de Rondonópolis-MT, Itaituba-PA e Vilhena-RO. Tem como atividade preponderante o transporte rodoviário de cargas em geral, exceto produtos perigosos e mudanças, municipal, intermunicipal, interestadual e internacional e serviços de apoio administrativo.

Demonstramos crescimento significativo de receita bruta em relação ao ano anterior, porem houve redução em lucro bruto, margem e conseqüentemente demais indicadores.

Esforços estratégicos estão sendo estreitados e diversas parcerias em várias regiões do país encontram-se em andamento para encurtar caminhos entre nossos clientes e parceiros, sendo este de grande diferencial e importância ao negócio.

Inovamos continuamente e a tecnologia faz parte de nossa evolução. Investimos fortemente em sistemas e processos, que permitem disponibilizar aos clientes agilidade, qualidade e segurança na prestação do serviço de transporte e cremos na força do agronegócio brasileiro.

Seguiremos buscando crescimento, eficiência e rentabilidade em nossas operações, com processos mais ágeis e eficazes e com um time de colaboradores capazes e treinados.

RECEITA BRUTA

A San Vitta realizou um faturamento bruto de R\$ 90.462 em 2024 e de R\$ 43.951 em 2023. A performance de faturamento bruto da Companhia teve um crescimento de 105,8% no ano de 2024, quando comparado ao ano anterior.

<i>*em milhares</i>	2.024	2.023	▲
Faturamento bruto	90.462	43.951	105,8%

LUCRO BRUTO

A Companhia apresentou uma margem bruta de 6,4% no ano de 2024 e de 21,5% no ano de 2023, reflexo do aumento dos custos quando comparado ao ano anterior.

<i>*em milhares</i>	2.024	2.023	▼
Lucro bruto	5.889	8.565	-31,2%
Margem bruta	6,4%	21,5%	-15,1p.p.

EBITDA

A San Vitta reportou um EBITDA de R\$ 7.747 em 2024, ante os R\$ 9.233 realizados no ano de 2023. A performance nas prestações de serviços, dificultou a diluição de custos e despesas, influenciando nesta queda do EBITDA.

<i>*em milhares</i>	2.024	2.023	▼
Lucro bruto	5.889	8.565	-31,2%
Despesas gerais e administrativas	(6.290)	(2.064)	204,7%
Outras receitas operacionais líquidas	1.401	384	264,8%
Depreciação	6.747	2.348	187,4%
EBITDA	7.747	9.233	-16,1%
Margem EBITDA	8,4%	23,1%	-14,7p.p.

RESULTADO LÍQUIDO

A Companhia realizou no ano de 2024 um prejuízo de R\$ 13.663. No ano de 2023 apresentou um resultado positivo de R\$ 3.801. Este resultado foi afetado principalmente pelo resultado financeiro líquido decorrente dos financiamentos para aquisição de frota própria.

DEMONSTRATIVO DE RESULTADOS	<i>*em unidade de R\$</i>				
	2.024	A.V	2.023	A.V	▼
RECEITA OPERACIONAL BRUTA	90.462	101,9%	43.951	102,8%	-0,9p.p.
<i>Deduções da Receita Bruta</i>	2.127	2,4%	(4.030)	-9,2%	11,5p.p.
RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA	92.589	100%	39.921	100%	131,9%
<i>Custo dos Serviços Prestados</i>	(86.700)	-93,6%	(31.356)	-78,5%	-15,1p.p.
LUCRO OPERACIONAL BRUTO	5.889	6,4%	8.565	21,5%	-15,1p.p.
<i>Despesas Operacionais</i>	(4.889)	-5,3%	(1.680)	-4,2%	-1,1p.p.
RESULTADO OPERAC. ANTES DO RESULT. FINANCEIRO	1.000	1,1%	6.885	17,2%	-16,2p.p.
<i>Resultado Financeiro Líquido</i>	(14.663)	-15,8%	(3.084)	-7,7%	-8,1p.p.
RESULTADO ANTES DAS PROVISÕES DE IMPOSTOS	(13.663)	-14,8%	3.801	9,5%	-24,3p.p.
RESULTADO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO	(13.663)	-14,8%	3.801	9,5%	-24,3p.p.

ENDIVIDAMENTO

A Companhia finalizou o ano de 2024 com um endividamento líquido de R\$ 76.660 e no ano de 2023 com endividamento líquido de R\$ 68.593. Os aumentos nos empréstimos foram necessários para o capital de giro da empresa.

<i>*em milhares</i>	2.024	2.023	▲
Caixa e equivalente de caixa	1.698	249	581,9%

San Vitta S.A.
Demonstrações financeiras em
31 de dezembro de 2024

Empréstimos de curto prazo	35.487	19.377	83,1%
Empréstimos de longo prazo	42.871	49.465	-13,3%
Endividamento líquido	(76.660)	(68.593)	11,8%
Relação dívida/EBITDA	9,9x	7,4x	

BALANÇOS PATRIMONIAIS
Em 31 de dezembro
(em milhares de reais)

Ativo	Nota	31/12/2024	31/12/2023
Circulante			
Caixa e equivalentes de caixa	4	1.698	249
Contas a receber de clientes	5	3.427	1.697
Impostos a recuperar	6	1.966	-
Imposto de renda e contribuição social a recuperar		-	67
Adiantamentos a fornecedores		794	7
Outras contas a receber	7	458	277
Total do Ativo Circulante		8.343	2.297
Não Circulante			
Outras contas a receber	7	2	2
Total do realizável a longo prazo		2	2
Imobilizado	9	67.586	74.877
Direito de uso de contratos	11	16.665	-
Total do Ativo Não Circulante		84.253	74.879
Total do Ativo		92.596	77.176

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

BALANÇOS PATRIMONIAIS
Em 31 de dezembro
(em milhares de reais)

Passivo	Nota	31/12/2024	31/12/2023
Circulante			
Fornecedores	10	1.811	1.346
Empréstimos e financiamentos	12	35.487	19.377
Obrigações sociais e trabalhistas		1.473	696
Obrigações fiscais e tributárias		199	139
Adiantamentos de clientes		888	1.559
Arrendamentos a pagar	11	2.951	-
Outras contas a pagar		-	592
Total do Passivo Circulante		42.809	23.709
Não Circulante			
Empréstimos e financiamentos	12	42.871	49.465
Arrendamentos a pagar	11	13.985	-
Outras contas a pagar		592	-
Total do Passivo Não Circulante		57.448	49.465
Patrimônio líquido			
Capital social	13	2.100	100
Lucros/Prejuízos acumulados		(9.761)	3.902
Total do Patrimônio Líquido		(7.661)	4.002
Total do Passivo e do Patrimônio Líquido		92.596	77.176

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÕES DO RESULTADO
Exercício findo em 31 de dezembro
(em milhares de reais)

	Nota	31/12/2024	31/12/2023
Receita líquida	14	92.589	39.921
Custos dos serviços prestados	15	(86.700)	(31.356)
Lucro bruto		5.889	8.565
Despesas operacionais		(4.889)	(1.680)
Despesas gerais e administrativas	15	(6.290)	(2.064)
Outras receitas operacionais		3.652	384
Outras despesas operacionais		(2.251)	-
Resultado antes das receitas e (despesas) financeiras líquidas e impostos		1.000	6.885
Receitas financeiras	16	77	38
Despesas financeiras	16	(14.740)	(3.122)
Resultado antes dos impostos		(13.663)	3.801
Provisão para imposto de renda e contribuição social	8	-	-
Resultado líquido do exercício		(13.663)	3.801

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÕES DO RESULTADO ABRANGENTE
Exercício findo em 31 de dezembro
(em milhares de reais)

	31/12/2024	31/12/2023
Lucro/(Prejuízo) líquido do exercício	<u>(13.663)</u>	<u>3.801</u>
Outros resultados abrangentes		
Outros resultados abrangentes	<u>-</u>	<u>-</u>
Total do resultado abrangente do exercício	<u><u>(13.663)</u></u>	<u><u>3.801</u></u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO
Exercício findo em 31 de dezembro
(em milhares de reais)

	Nota	Capital Social	Lucro / (Prejuízo) Acumulado	Total
Saldos em 1º de janeiro de 2023	13	100	101	201
Prejuízo líquido do exercício		-	3.801	3.801
Saldos em 31 de dezembro de 2023		100	3.902	4.002
Aumento de capital social		2.000	-	2.000
Prejuízo líquido do exercício		-	(13.663)	(13.663)
Saldos em 31 de dezembro de 2024		2.100	(9.761)	(7.661)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA
Exercício findo em 31 de dezembro
(em milhares de reais)

	Nota	31/12/2024	31/12/2023
Fluxos de caixa das atividades operacionais			
Lucro (Prejuízo) líquido do exercício		(13.663)	3.801
Ajustes por:			
Resultado financeiro, líquido	15	14.663	3.084
Depreciação e amortização	9	5.158	3.519
Depreciação de arrendamentos	11	1.600	-
Alienação de ativo imobilizado	9	2.623	36
		<u>10.381</u>	<u>10.440</u>
Variações em:			
Contas a receber de clientes	5	(1.730)	879
Impostos a recuperar	6	(1.966)	-
Imposto de renda e contribuição social a recuperar		67	-
Adiantamentos a fornecedores		(831)	(12.797)
Outras contas a receber	7	(182)	125
Fornecedores	10	465	(738)
Obrigações sociais e trabalhistas		776	(147)
Obrigações fiscais e tributárias		59	(89)
Adiantamentos de clientes		(672)	(98)
		<u>(12.615)</u>	<u>(2.629)</u>
Caixa líquido gerado pelas atividades operacionais		<u>(6.248)</u>	<u>(5.054)</u>
Fluxos de caixa das atividades de investimentos			
Aquisição de ativo imobilizado	9	(490)	(28.525)
Caixa líquido (aplicados) nas atividades de investimentos		<u>(490)</u>	<u>(28.525)</u>
Fluxos de caixa das atividades de financiamentos			
Empréstimos tomados		75.560	40.948
Empréstimo pagos		(66.044)	(7.610)
Arrendamentos pagos	11	(1.329)	-

Caixa líquido provenientes das atividades de financiamento	8.187	33.338
Aumento (Redução) líquido de caixa e equivalentes de caixa	1.449	(241)
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	249	490
Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício	1.698	249
Aumento (Redução) líquido de caixa e equivalentes de caixa	4	1.449
		(241)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

(Em milhares de Reais)

1 Contexto operacional

A San Vitta S.A. (“Companhia”) iniciou suas atividades em 2019. Está localizada no município de Erechim, Estado do Rio Grande do Sul, na Rua Santa Catarina, nº 300, sala 37, bairro Centro. Possui filiais nas cidades de Rondonópolis-MT, Itaituba-PA e Vilhena-RO. Tem como atividade preponderante o transporte rodoviário de cargas em geral, exceto produtos perigosos e mudanças, municipal, intermunicipal, interestadual e internacional e serviços de apoio administrativo.

Continuidade operacional

Em 31 de dezembro de 2024 a Companhia apresentou prejuízo de R\$ 13.663, Capital Circulante Líquido (CCL) negativo em R\$ 34.466 e Patrimônio Líquido negativo de R\$ 7.661. O passivo refere-se substancialmente a operações de financiamentos para aquisição de frota própria e qualquer necessidade de capital será atendida pelos acionistas.

Diante do exposto acima, a Companhia concluiu sobre a adequação do uso do princípio contábil da continuidade das operações.

2 Base de preparação

a. Declaração de conformidade

As demonstrações financeiras foram preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil (BR GAAP).

A Administração da Companhia afirma que todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, estão sendo evidenciadas, e que correspondem às utilizadas por ela na sua gestão.

A emissão das demonstrações financeiras foi autorizada pela Diretoria em 26 de maio de 2025.

b. Base de mensuração

As demonstrações financeiras, foram preparadas com base no custo histórico.

c. Moeda funcional e de apresentação

Essas demonstrações financeiras são apresentadas em Real, que é a moeda funcional da Companhia. Todas as informações financeiras apresentadas em Real foram arredondadas para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma.

d. Uso de estimativas e julgamentos

A preparação das demonstrações financeiras, estão de acordo com as normas contábeis brasileiras, a qual exige que a Administração faça julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir das estimativas.

As estimativas e premissas são revisadas de uma maneira contínua. As revisões das estimativas contábeis são reconhecidas prospectivamente.

e. Uso de estimativas e julgamentos

Na preparação destas demonstrações financeiras, a Administração fez julgamentos e estimativas sobre o futuro, incluindo riscos e oportunidades relacionados ao clima, que afetam a aplicação das políticas contábeis da Companhia e os valores reportados dos ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas.

As estimativas e premissas são revisadas de forma contínua e são consistentes com o gerenciamento de riscos da Companhia e com os compromissos relacionados ao clima, quando apropriado. As revisões das estimativas são reconhecidas prospectivamente.

Incertezas sobre premissas e estimativas

As informações sobre as incertezas relacionadas a premissas e estimativas na data da emissão do relatório que possuem um risco significativo de resultar em um ajuste material nos saldos contábeis de ativos e passivos no próximo ano fiscal estão incluídas nas seguintes notas explicativas:

Nota explicativa 9 - Vida útil e valor recuperável do ativo imobilizado;

Mensuração do valor justo

Uma série de políticas e divulgações contábeis da Companhia requer a mensuração dos valores justos para os ativos e passivos financeiros e não financeiros.

Ao mensurar o valor justo de um ativo ou um passivo, a Companhia usa dados observáveis de mercado, tanto quanto possível. Os valores justos são classificados em diferentes níveis em uma hierarquia baseada nas informações (*inputs*) utilizadas nas técnicas de avaliação.

- Nível 1: preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos e passivos idênticos.
- Nível 2: inputs, exceto os preços cotados incluídos no Nível 1, que são observáveis para o ativo ou passivo, diretamente (preços) ou indiretamente (derivado de preços).
- Nível 3: inputs, para o ativo ou passivo, que não são baseados em dados observáveis de mercado (inputs não observáveis).

A Companhia reconhece as transferências entre níveis da hierarquia do valor justo no final do período das demonstrações financeiras em que ocorreram as mudanças.

Se os dados usados para mensurar o valor justo de um ativo ou passivo caem em diferentes níveis da hierarquia do valor justo, então a mensuração do valor justo é categorizada em sua totalidade no mesmo nível da hierarquia do valor justo que o dado de nível mais baixo que é significativo para toda a medição.

A Companhia reconhece as transferências entre níveis da hierarquia de valor justo no final do período de relatório durante o qual a mudança ocorreu.

3 Políticas contábeis materiais

As políticas contábeis, descritas em detalhes abaixo, têm sido aplicadas de maneira consistente a todos os exercícios apresentados nessas demonstrações financeiras.

a. Moeda estrangeira

Transações em moeda estrangeira são convertidas para a respectiva moeda funcional da Companhia pelas taxas de câmbio nas datas das transações.

Ativos e passivos monetários denominados e apurados em moedas estrangeiras na data do balanço são reconvertidos para a moeda funcional à taxa de câmbio naquela data. Ativos e passivos não monetários que são mensurados pelo valor justo em moeda estrangeira são reconvertidos para a moeda funcional à taxa de câmbio na data em que o valor justo foi determinado. Itens não monetários que são mensurados com base no custo histórico em moeda estrangeira são convertidos pela taxa de câmbio na data da transação. As diferenças de moedas estrangeiras resultantes da conversão são geralmente reconhecidas no resultado.

b. Receita de contrato com cliente

A receita é mensurada com base na contraprestação especificada no contrato com o cliente. A Companhia reconhece a receita quando transfere o controle sobre o serviço ao cliente.

A tabela abaixo fornece informações sobre a natureza e a época do cumprimento de obrigações de performance em contratos com clientes, incluindo condições de pagamento significativas e as políticas de reconhecimento de receita relacionadas.

Tipo de serviço	Natureza e a época do cumprimento das obrigações de performance, incluindo condições de pagamento significativas	Política de reconhecimento da receita
Serviços de transporte	O serviço de transporte tem seus critérios de desempenho atingidos quando ocorre a entrega dos produtos nos endereços de destino.	A receita de serviço é reconhecida quando as mercadorias são entregues nas dependências dos clientes de destino.

A receita de serviços com transportes é reconhecida no resultado em função de sua realização que consiste, principalmente, na entrega das mercadorias transportadas em seu destino final.

c. Benefícios de curto prazo a empregados

Obrigações de benefícios de curto prazo a empregados são reconhecidas como despesas de pessoal conforme o serviço correspondente seja prestado. O passivo é reconhecido pelo montante que se espera que será pago se a Companhia tem uma obrigação legal ou construtiva presente de pagar esse montante em função de serviço passado prestado pelo empregado, e a obrigação possa ser estimada de maneira confiável.

d. Subvenções governamentais

As subvenções que visam compensar a Companhia por despesas incorridas são reconhecidas no resultado em uma base sistemática durante os períodos em que as despesas correlatas são

registradas, a menos que as condições para o recebimento da subvenção sejam atendidas após o reconhecimento das despesas relacionadas. Nesse caso, a subvenção é reconhecida quando se torna recebível.

e. Receitas financeiras e despesas financeiras

As receitas financeiras abrangem basicamente receitas de juros diversos, rendimentos de aplicações financeiras e variação cambial. A receita de juros é reconhecida no resultado através do método dos juros efetivos. As despesas financeiras abrangem despesas com variação cambial, dentre outras.

Custos de empréstimos que não são diretamente atribuíveis à aquisição, construção ou produção de um ativo qualificável são mensurados no resultado através do método de juros efetivos.

No cálculo da receita ou da despesa de juros, a taxa de juros efetiva incide sobre o valor contábil bruto do ativo (quando o ativo não estiver com problemas de recuperação) ou ao custo amortizado do passivo. No entanto, a receita de juros é calculada por meio da aplicação da taxa de juros efetiva ao custo amortizado do ativo financeiro que apresenta problemas de recuperação depois do reconhecimento inicial. Caso o ativo não esteja mais com problemas de recuperação, o cálculo da receita de juros volta a ser feito com base no valor bruto.

f. Imposto de renda e contribuição social

O imposto de renda e a contribuição social do exercício corrente e diferido são calculados com base nas alíquotas de 15%, acrescidas do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente de R\$ 240 para imposto de renda e 9% sobre o lucro tributável para contribuição social sobre o lucro líquido, e consideram a compensação de prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social, limitada a 30% do lucro real do exercício.

A despesa com imposto de renda e contribuição social compreende os impostos de renda e contribuição social correntes e diferidos. O imposto corrente e o imposto diferido são reconhecidos no resultado a menos que estejam relacionados à combinação de negócios ou a itens diretamente reconhecidos no patrimônio líquido ou em outros resultados abrangentes.

(i) Imposto de renda e contribuição social corrente

A despesa de imposto corrente é o imposto a pagar ou a receber estimado sobre o lucro ou prejuízo tributável do exercício e qualquer ajuste aos impostos a pagar com relação aos exercícios anteriores. O montante dos impostos correntes a pagar ou a receber é reconhecido no balanço patrimonial como ativo ou passivo fiscal pela melhor estimativa do valor esperado dos impostos a serem pagos ou recebidos que reflete as incertezas relacionadas a sua apuração, se houver. Ele é mensurado com base nas taxas de impostos decretadas na data do balanço.

Os ativos e passivos fiscais correntes são compensados somente se certos critérios forem atendidos.

(ii) Imposto de renda e contribuição social diferidos

Ativos e passivos fiscais diferidos são reconhecidos com relação às diferenças temporárias entre os valores contábeis de ativos e passivos para fins de demonstrações financeiras e os usados para fins de tributação. As mudanças dos ativos e passivos fiscais diferidos no exercício são reconhecidas como despesa de imposto de renda e contribuição social diferida.

Um ativo fiscal diferido é reconhecido em relação aos prejuízos fiscais e diferenças temporárias dedutíveis não utilizados, na extensão em que seja provável que lucros tributáveis futuros estarão

disponíveis, contra os quais serão utilizados. Os lucros tributáveis futuros são determinados com base na reversão de diferenças temporárias tributáveis relevantes. Se o montante das diferenças temporárias tributáveis for insuficiente para reconhecer integralmente um ativo fiscal diferido, serão considerados os lucros tributáveis futuros, ajustados para as reversões das diferenças temporárias existentes, com base nos planos de negócios da Companhia.

A mensuração dos ativos e passivos fiscais diferidos reflete as consequências tributárias decorrentes da maneira sob a qual a Companhia espera recuperar ou liquidar seus ativos e passivos.

Ativos e passivos fiscais diferidos são compensados somente se certos critérios forem atendidos.

g. Imobilizado

(i) Reconhecimento e mensuração

Itens do imobilizado são mensurados pelo custo histórico de aquisição, deduzido de depreciação acumulada e quaisquer perdas acumuladas de redução ao valor recuperável (*impairment*).

Quando partes significativas de um item do imobilizado têm diferentes vidas úteis, elas são registradas como itens separados (componentes principais) de imobilizado.

Quaisquer ganhos e perdas na alienação de um item do imobilizado são reconhecidos no resultado.

(ii) Custos subsequentes

Custos subsequentes são capitalizados apenas quando é provável que benefícios econômicos futuros associados com os gastos serão auferidos pela Companhia. O valor contábil do componente que tenha sido repostado por outro é baixado. Os custos de manutenção do imobilizado são reconhecidos no resultado conforme incorridos.

(iii) Depreciação

A depreciação é calculada para amortizar o custo de itens do ativo imobilizado, líquidos de seus valores residuais estimados, utilizando o método linear baseado na vida útil estimada dos itens. A depreciação é reconhecida no resultado. Terrenos não são depreciados.

As vidas úteis estimadas para os bens do ativo imobilizado são:

Máquinas e equipamentos	10 anos
Computadores e periféricos	5 anos
Móveis e utensílios	10 anos
Veículos pesados – caminhões	4 anos
Veículos pesados – reboques	5 anos

Os métodos de depreciação, a vida útil e os valores residuais são revistos a cada data de balanço e, em caso da existência de indícios que levem à necessidade, são ajustados.

h. Instrumentos financeiros

(i) Reconhecimento e mensuração inicial

O contas a receber de clientes e os títulos de dívida emitidos são reconhecidos inicialmente na data em que foram originados. Todos os outros ativos e passivos financeiros são reconhecidos inicialmente quando a Companhia se tornar parte das disposições contratuais do instrumento.

Um ativo financeiro (a menos que seja um contas a receber de clientes sem um componente de financiamento significativo) ou passivo financeiro é inicialmente mensurado ao valor justo, acrescido, para um item não mensurado ao VJR, os custos de transação que são diretamente atribuíveis à sua aquisição ou emissão. Um contas a receber de clientes sem um componente significativo de financiamento é mensurado inicialmente ao preço da operação.

(ii) ***Classificação e mensuração subsequente***

Ativos Financeiros - classificação

No reconhecimento inicial, um ativo financeiro é classificado como mensurado: ao custo amortizado ou ao Valor Justo por meio de Resultado - VJR.

Os ativos financeiros não são reclassificados subsequentemente ao reconhecimento inicial, a não ser que a Companhia mude o modelo de negócios para a gestão de ativos financeiros, e neste caso todos os ativos financeiros afetados são reclassificados no primeiro dia do exercício de apresentação posterior à mudança no modelo de negócios.

Um ativo financeiro é mensurado ao custo amortizado se atender ambas as condições a seguir e não for designado como mensurado ao VJR: (i) é mantido dentro de um modelo de negócios cujo objetivo seja manter ativos financeiros para receber fluxos de caixa contratuais; e (ii) seus termos contratuais geram, em datas específicas, fluxos de caixa que são relativos somente ao pagamento de principal e juros sobre o valor principal em aberto.

Todos os ativos financeiros não classificados como mensurados ao custo amortizado são classificados como ao VJR. No reconhecimento inicial, a Companhia pode designar de forma irrevogável um ativo financeiro que de outra forma atenda os requisitos para ser mensurado ao custo amortizado como ao VJR se isso eliminar ou reduzir significativamente um descasamento contábil que de outra forma surgiria.

(iii) ***Passivos financeiros - classificação, mensuração subsequente e ganhos e perdas***

Os passivos financeiros foram classificados como mensurados ao custo amortizado ou ao VJR. Um passivo financeiro é classificado como mensurado ao valor justo por meio do resultado caso for classificado como mantido para negociação, for um derivativo ou for designado como tal no reconhecimento inicial. Passivos financeiros mensurados ao VJR são mensurados ao valor justo e o resultado líquido, incluindo juros, é reconhecido no resultado. Outros passivos financeiros são subsequentemente mensurados pelo custo amortizado utilizando o método de juros efetivos. A despesa de juros, ganhos e perdas cambiais são reconhecidos no resultado. Qualquer ganho ou perda no desreconhecimento também é reconhecido no resultado.

(iv) ***Desreconhecimento***

Ativos financeiros

A Companhia desreconhece um ativo financeiro quando os direitos contratuais aos fluxos de caixa do ativo expiram, ou quando a Companhia transfere os direitos contratuais de recebimento aos fluxos de caixa contratuais sobre um ativo financeiro em uma transação na qual substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos ou na qual a

Companhia nem transfere nem mantém substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro e também não retém o controle sobre o ativo financeiro.

A Companhia realiza transações em que transfere ativos reconhecidos no balanço patrimonial, mas mantém todos ou substancialmente todos os riscos e benefícios dos ativos transferidos. Nesses casos, os ativos financeiros não são desreconhecidos.

Passivos financeiros

A Companhia desreconhece um passivo financeiro quando sua obrigação contratual é retirada, cancelada ou expira. A Companhia também desreconhece um passivo financeiro quando os termos são modificados e os fluxos de caixa do passivo modificado são substancialmente diferentes, caso em que um novo passivo financeiro baseado nos termos modificados é reconhecido a valor justo.

No desreconhecimento de um passivo financeiro, a diferença entre o valor contábil extinto e a contraprestação paga (incluindo ativos transferidos que não transitam pelo caixa ou passivos assumidos) é reconhecida no resultado.

(v) ***Compensação***

Os ativos ou passivos financeiros são compensados e o valor líquido apresentado no balanço patrimonial quando, e somente quando, a Companhia tenha atualmente um direito legalmente executável de compensar os valores e tenha a intenção de liquidá-los em uma base líquida ou de realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

i. Redução ao valor recuperável (*impairment*)

(i) ***Ativos financeiros não-derivativos***

Ativos financeiros são avaliados em cada data de balanço para determinar se há evidência objetiva de perda por redução ao valor recuperável.

A evidência objetiva de que os ativos financeiros perderam valor pode incluir o não-pagamento ou atraso no pagamento por parte do devedor, a reestruturação do valor devido à Companhia sob condições que a Companhia não consideraria em outras transações, ou indicações de que o devedor ou emissor entrará em processo de falência.

A Companhia considera evidência de perda de valor para recebíveis em nível individual. Todos os recebíveis significativos são avaliados quanto a perda de valor específico. Os recebíveis que não são individualmente importantes são avaliados coletivamente quanto a perda de valor por agrupamento conjunto desses títulos com características de risco similares.

Uma redução do valor recuperável com relação a um ativo financeiro medido pelo custo amortizado é calculada como a diferença entre o valor contábil e o valor presente dos futuros fluxos de caixa estimados descontados à taxa de juros efetiva original do ativo. As perdas esperadas são reconhecidas no resultado e refletidas em uma conta de provisão contra recebíveis. Quando um evento subsequente indica uma redução da perda, a provisão é revertida através do resultado.

Outros aspectos que são considerados pela Companhia na avaliação da provisão para perdas esperadas em créditos das contas a receber estão baseados na avaliação do negócio, principalmente relacionado ao rápido recebimento desses ativos e ao grande volume de clientes, considerando que não há dependência de clientes individualmente significativos.

(ii) Ativos não financeiros

Os valores contábeis dos ativos não financeiros da Companhia são revistos a cada data de balanço para apurar se há indicação de perda no valor recuperável. Caso ocorra tal indicação, então o valor recuperável do ativo é estimado.

Para testes de redução ao valor recuperável, os ativos são agrupados em Unidades Geradoras de Caixa (UGCs), ou seja, no menor grupo possível de ativos que gera entradas de caixa pelo seu uso contínuo, entradas essas que são em grande parte independentes das entradas de caixa de outros ativos ou UGCs.

O valor recuperável de um ativo ou UGC é o maior entre o seu valor em uso e o seu valor justo menos custos para alienação. O valor em uso é baseado em fluxos de caixa futuros estimados, descontados a valor presente usando uma taxa de desconto antes dos impostos que reflita as avaliações atuais de mercado do valor do dinheiro no tempo e os riscos específicos do ativo ou da UGC.

Uma perda por redução ao valor recuperável é reconhecida se o valor contábil do ativo ou UGC exceder o seu valor recuperável.

Perdas por redução ao valor recuperável são reconhecidas no resultado. Perdas reconhecidas referentes às UGCs são inicialmente alocadas para redução de qualquer ágio alocado a esta UGC (ou grupo de UGCs), e então para redução do valor contábil dos outros ativos da UGC (ou grupo de UGCs) de forma pro rata.

Quanto aos demais ativos, as perdas por redução ao valor recuperável são revertidas somente na extensão em que o novo valor contábil do ativo não exceda o valor contábil que teria sido apurado, líquido de depreciação ou amortização, caso a perda de valor não tivesse sido reconhecida.

j. Provisões

Uma provisão é reconhecida, em função de um evento passado, se a Companhia tem uma obrigação legal ou construtiva que possa ser estimada de maneira confiável, e é provável que um recurso econômico seja exigido para liquidar a obrigação.

k. Arrendamentos

No início de um contrato, a Companhia avalia se um contrato é ou contém um arrendamento.

Um contrato é, ou contém um arrendamento, se o contrato transferir o direito de controlar o uso de um ativo identificado por um período em troca de contraprestação.

(i) Como arrendatário

No início ou na modificação de um contrato que contém um componente de arrendamento, a Companhia aloca a contraprestação no contrato a cada componente de arrendamento com base em seus preços individuais.

A Companhia reconhece um ativo de direito de uso e um passivo de arrendamento na data de início do arrendamento. O ativo de direito de uso é mensurado inicialmente ao custo, que compreende o valor da mensuração inicial do passivo de arrendamento, ajustado para quaisquer pagamentos de arrendamento efetuados até a data de início, mais quaisquer custos diretos iniciais incorridos pelo arrendatário e uma estimativa dos custos a serem incorridos pelo arrendatário na desmontagem e remoção do ativo subjacente, restaurando o local em que está localizado ou

restaurando o ativo subjacente à condição requerida pelos termos e condições do arrendamento, menos quaisquer incentivos de arrendamentos recebidos.

O ativo de direito de uso é subsequentemente depreciado pelo método linear desde a data de início até o final do prazo do arrendamento, a menos que o arrendamento transfira a propriedade do ativo subjacente ao arrendatário ao fim do prazo do arrendamento, ou se o custo do ativo de direito de uso refletir que o arrendatário exercerá a opção de compra. Nesse caso, o ativo de direito de uso será depreciado durante a vida útil do ativo subjacente, que é determinada na mesma base que a do ativo imobilizado. Além disso, o ativo de direito de uso é periodicamente reduzido por perdas por redução ao valor recuperável, se houver, e ajustado para determinadas remensurações do passivo de arrendamento.

O passivo de arrendamento é mensurado inicialmente ao valor presente dos pagamentos do arrendamento que não são efetuados na data de início, descontados pela taxa de juros implícita no arrendamento ou, se essa taxa não puder ser determinada imediatamente, pela taxa de empréstimo incremental da Companhia. Geralmente, a Companhia usa sua taxa incremental sobre empréstimo como taxa de desconto.

A Companhia determina sua taxa incremental sobre empréstimos obtendo taxas de juros de várias fontes externas de financiamento e fazendo alguns ajustes para refletir os termos do contrato e o tipo do ativo arrendado.

Os pagamentos de arrendamento incluídos na mensuração do passivo de arrendamento compreendem o seguinte:

- pagamentos fixos, incluindo pagamentos fixos na essência;
- pagamentos variáveis de arrendamento que dependem de índice ou taxa, inicialmente mensurados utilizando o índice ou taxa na data de início;
- valores que se espera que sejam pagos pelo arrendatário, de acordo com as garantias de valor residual; e
- o preço de exercício da opção de compra se o arrendatário estiver razoavelmente certo de exercer essa opção, e pagamentos de multas por rescisão do arrendamento, se o prazo do arrendamento refletir o arrendatário exercendo a opção de rescindir o arrendamento

O passivo de arrendamento é mensurado pelo custo amortizado, utilizando o método dos juros efetivos. É remensurado quando há uma alteração nos pagamentos futuros de arrendamento resultante de alteração em índice ou taxa, se houver alteração nos valores que se espera que sejam pagos de acordo com a garantia de valor residual, se a Companhia alterar sua avaliação se exercerá uma opção de compra, extensão ou rescisão ou se há um pagamento de arrendamento revisado fixo em essência.

Quando o passivo de arrendamento é remensurado dessa maneira, é efetuado um ajuste correspondente ao valor contábil do ativo de direito de uso ou é registrado no resultado se o valor contábil do ativo de direito de uso tiver sido reduzido a zero.

Arrendamentos de ativos de baixo valor

A Companhia optou por não reconhecer ativos de direito de uso e passivos de arrendamento para arrendamentos de ativos de baixo valor e arrendamentos de curto prazo. A Companhia reconhece os pagamentos de arrendamento associados a esses arrendamentos como uma despesa de forma linear pelo prazo do arrendamento.

I. Novas normas e interpretações vigentes e não vigentes

A Companhia avaliou a seguinte alteração na preparação destas demonstrações financeiras que não deverá ter impacto significativo nas demonstrações financeiras da Companhia:

- a. CPC 50/IFRS 17 - Contratos de Seguro, e alterações ao CPC 50 Contratos de Seguro.

Foram emitidas as seguintes revisões das normas abaixo pelo CPC/IASB, que entraram em vigor e foram adotadas efetivamente a partir 1º de janeiro de 2024 pela Companhia, não havendo efeitos relevantes em suas demonstrações financeiras intermediárias quanto a sua aplicação:

- b. Classificação dos passivos como circulante ou não circulante e passivos não circulantes com *Covenants* (alterações ao CPC 26/IAS 1);
- c. Acordos de financiamento de fornecedores ("Risco Sacado") alterações ao CPC 26/IAS 1 e CPC 40/IFRS 7;
- d. Alterações ao IFRS 16: Passivo de Locação em um Sale and Leaseback (Transação de venda e retroarrendamento).

Não existem outras novas normas e interpretações emitidas e ainda não adotadas que possam, na opinião da Administração, ter impacto significativo no resultado ou no patrimônio divulgado pela Companhia.

Uma série de novas normas contábeis serão efetivas em exercícios futuros. A Companhia não adotou as seguintes normas contábeis na preparação destas demonstrações financeiras:

A. IFRS 18 Apresentação e Divulgação das Demonstrações Contábeis

O IFRS 18 substituirá o CPC 26/IAS 1 Apresentação das Demonstrações Contábeis e se aplica a períodos de relatórios anuais iniciados em ou após 1º de janeiro de 2027. O novo padrão introduz os seguintes novos requisitos principais.

- As entidades são obrigadas a classificar todas as receitas e despesas em cinco categorias na demonstração de lucros e perdas, a saber, as categorias operacional, de investimento, de financiamento, de operações descontinuadas e de imposto de renda. As entidades também são obrigadas a apresentar um subtotal de lucro operacional recém-definido. O lucro líquido das entidades não mudará.
- As medidas de desempenho definidas pela administração (MPMs) são divulgadas em uma única nota nas demonstrações financeiras.
- Orientações aprimoradas são fornecidas sobre como agrupar informações nas demonstrações financeiras.

Além disso, todas as entidades são obrigadas a usar o subtotal do lucro operacional como ponto de partida para a demonstração dos fluxos de caixa ao apresentar fluxos de caixa operacionais pelo método indireto.

A Companhia ainda está no processo de avaliação do impacto do novo padrão, particularmente com relação à estrutura da demonstração de lucros e perdas, a demonstração dos fluxos de caixa

e as divulgações adicionais exigidas para MPMs. A Administração também está avaliando o impacto sobre como as informações são agrupadas nas demonstrações financeiras, incluindo itens atualmente rotulados como ‘outros’.

B. Outras Normas Contábeis

Não se espera que as seguintes normas novas e alteradas tenham um impacto significativo nas demonstrações financeiras:

- Ausência de conversibilidade (alterações ao CPC 02/IAS 21);
- Classificação e mensuração de instrumentos financeiros (alterações IFRS 9 e IFRS 7).

4 Caixa e equivalentes de caixa

	31/12/2024	31/12/2023
Bancos	981	11
Aplicações financeiras	650	208
Outras disponibilidades	67	30
Caixa e equivalentes de caixa	1.698	249

As aplicações financeiras - equivalentes de caixa, são prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa e estão sujeitas a um insignificante risco de mudança de valor. Todas as aplicações financeiras são remuneradas em um intervalo de 5% a 100% em 2024 (5% a 100% em 2023) da variação do Certificado de Depósito Interbancário (CDI).

As outras disponibilidades são valores pagos ou antecipados por meios eletrônicos e cartões de créditos disponibilizados aos colaboradores, principalmente motoristas para utilizar no decorrer das atividades fins da Companhia.

5 Contas a receber de clientes

	31/12/2024	31/12/2023
Clientes mercado interno	431	178
Clientes - partes relacionadas	2.996	1.519
Total contas a receber de clientes	3.427	1.697

Abaixo, a abertura dos saldos por idade de vencimento:

	31/12/2024	31/12/2023
Idade dos saldos por vencimento		
A vencer	1.722	1.468
Vencidos até 30 dias	833	176
Vencidos entre 31 e 60 dias	115	32
Vencidos entre 61 e 90 dias	157	-
Vencidos entre 91 e 120 dias	115	-
Vencidos entre 121 e 150 dias	103	-
Vencidos entre 151 e 360 dias	338	-
Vencidos há mais de 360 dias	44	21
Total idade dos saldos por vencimento	<u>3.427</u>	<u>1.697</u>

6 Impostos a recuperar

	31/12/2024	31/12/2023
PIS e COFINS a recuperar (i)	<u>1.966</u>	-
Total de impostos a recuperar	<u>1.966</u>	-

- (i) Créditos de Pis e Cofins da prestação de serviços de transportes em que as mercadorias transportadas são destinadas à exportação, dessa forma, as receitas de prestação de serviços de transportes se amoldam às hipóteses de suspensão e imunidade para o Pis e a Cofins, conforme prevê a legislação destas contribuições sociais.

7 Outras contas a receber

Em 31 de dezembro de 2024 a Companhia possui os seguintes saldos a receber:

	31/12/2024	31/12/2023
Adiantamentos a empregados	35	31
Empréstimos a empregados	1	-
Despesas pagas antecipadamente	422	246
Investimentos - cotas capitais	<u>2</u>	<u>2</u>
Total de outras contas a receber	<u>460</u>	<u>279</u>
Circulante	458	277

Não circulante 2 2

8 Imposto de renda e contribuição social

Reconciliação do imposto de renda e contribuição social

A conciliação da despesa calculada pela aplicação das alíquotas fiscais combinadas e da despesa de imposto de renda e contribuição social reconhecida no resultado é demonstrada como segue:

Reconciliação do IR/CS	2024	2023
Lucro (Prejuízo) antes do imposto de renda e da contribuição social	(13.663)	3.801
Alíquotas nominais	34%	34%
	<hr/>	<hr/>
Despesa com imposto de renda e contribuição social às alíquotas nominais	4.645	(1.292)
	<hr/>	<hr/>
Ajustes dos impostos referentes:		
Outras diferenças, líquidas	(3.631)	(3.104)
Impostos diferidos não constituídos	(1.014)	4.396
	<hr/>	<hr/>
Imposto de renda e contribuição social no resultado	-	-
	<hr/>	<hr/>
Alíquota efetiva	-	-
	<hr/>	<hr/>
Corrente	-	-
Diferido	-	-
	<hr/>	<hr/>

9 Imobilizado

Movimentação do custo	Móveis e utensílios	Máquinas e equipamentos	Veículos pesados - caminhões	Veículos pesados - reboques	Computadores e periféricos	Imobilizado em andamento	Total
Saldos em 1º de janeiro de 2023	17	-	17.950	8.243	-	36	26.246
Adições	-	36	37.260	16.493	9	-	53.798
Baixas	-	-	-	-	-	(36)	(36)
Saldos em 31 de dezembro de 2023	17	36	55.210	24.736	9	-	80.008
Adições	17	24	385	-	64	-	490
Baixas	-	-	(3.465)	-	-	-	(3.465)
Saldos em 31 de dezembro de 2024	34	60	52.130	24.736	73	-	77.033
Movimentação da depreciação							
Saldos em 1º de janeiro de 2023	-	-	(1.104)	(508)	-	-	(1.612)
Depreciação	(1)	-	(2.364)	(1.154)	-	-	(3.519)
Baixas	-	-	-	-	-	-	-
Saldos em 31 de dezembro de 2023	(1)	-	(3.468)	(1.662)	-	-	(5.131)
Depreciação	(2)	(9)	(3.536)	(1.607)	(4)	-	(5.158)
Baixas	-	-	842	-	-	-	842
Saldos em 31 de dezembro de 2024	(3)	(9)	(6.162)	(3.269)	(4)	-	(9.447)
Saldos líquidos em 31 de dezembro de 2023	16	36	51.742	23.074	9	-	74.877
Saldos líquidos em 31 de dezembro de 2024	31	51	45.968	21.467	69	-	67.586

Vidas úteis

As taxas de depreciação do ativo imobilizado foram avaliadas durante o exercício, conforme requerido pelo CPC 27 - Ativo Imobilizado, sendo que a Companhia não identificou nenhum indício que levou à necessidade de alterar as taxas de depreciação/vidas úteis utilizadas no exercício anterior.

Avaliação para redução ao valor recuperável de ativos

Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2024, a Companhia não identificou a existência de indicadores de que determinados ativos poderiam estar acima do seu valor recuperável, conseqüentemente, nenhuma provisão para perdas foi constituída.

10 Fornecedores

A composição de fornecedores tem a seguinte apresentação:

	31/12/2024	31/12/2023
Fornecedores nacionais	982	1.341
Fornecedores nacionais - partes relacionadas	-	5
Cartas fretes a pagar	672	-
Cartas fretes a pagar - partes relacionadas	157	-
Total de fornecedores	<u>1.811</u>	<u>1.346</u>
Circulante	1.811	1.346

11 Direito de uso de contratos e arrendamentos a pagar

Direito de uso

Em 31 de dezembro de 2024, o equivalente a R\$ 16.665 está registrado como ativo de direito de uso de contratos a ser depreciados pelos prazos do contrato. Esse valor representa o direito de uso de veículos locados pela Companhia, no escopo do CPC 06 (R2). Abaixo, a movimentação do saldo no exercício.

	31/12/2024	31/12/2023
Saldo Inicial	<u>-</u>	<u>-</u>
Reconhecimento de novos contratos	18.275	-
Baixas	(10)	-
Amortização dos direitos de uso	(1.600)	-
Saldo Final	<u>16.665</u>	<u>-</u>

Arrendamentos a pagar

Abaixo, a movimentação do saldo:

	31/12/2024	31/12/2023
Saldo Inicial	<u>-</u>	<u>-</u>
Reconhecimento de novos contratos	18.275	-
Baixas	(10)	-
Pagamento de principal	<u>(1.329)</u>	-
Saldo Final	<u>16.936</u>	<u>-</u>
Passivo circulante	2.951	-
Passivo não circulante	13.985	-

Está apresentada uma expectativa do desembolso de caixa futuro respectivo a taxa de 15.36% a.a., no quadro abaixo:

Saldo contábil	Fluxo Futuro	Até 1 ano	2 a 3 anos	4 a 5 anos
16.936	23.527	5.350	10.387	7.790

12 Empréstimos e financiamentos

O saldo é composto dos seguintes valores:

Modalidade	Garantia	Taxa a.a.	Vencimento	31/12/2024	31/12/2023
Cédula de Crédito Bancário	Aval dos sócios	3,31 a 14,71%	15/12/2028	57.042	68.842
Cédula de Crédito à Exportação	Aval dos sócios	15,04%	23/04/2027	7.300	-
Parte Relacionada - Giro	Aval dos sócios	19,08%	20/02/2025	14.016	-
			Total	<u>78.358</u>	<u>68.842</u>
			Circulante	35.487	19.377
			Não circulante	42.871	49.465

Os empréstimos e financiamentos mencionados acima não estão sujeitos a cláusulas de vencimento antecipado (covenants).

Em 31 de dezembro de 2024, as parcelas do não circulante têm a seguinte composição por ano de vencimento:

Ano	Valor
2026	20.983
2027 em diante	<u>21.888</u>
Total	<u>42.871</u>

Durante o exercício os contratos apresentaram a seguinte movimentação.

	31/12/2024	31/12/2023
Saldo Inicial	<u>68.842</u>	<u>35.504</u>
Empréstimos tomados	75.560	40.948
Empréstimo pagos	(66.044)	(7.610)
Juros provisionados	12.615	2.629
Juros pagos	<u>(12.615)</u>	<u>(2.629)</u>
Saldo Final	<u>78.358</u>	<u>68.842</u>

13 Patrimônio líquido

Capital social

O capital social, totalmente integralizado, está representado por 2.100 ações, no valor ordinário de R\$ 1 cada, pertencentes a acionistas domiciliados no Brasil, conforme segue:

	31/12/2024		31/12/2023	
	Ações	%	Ações	%
Acionista				
F2 Participações Ltda	1.050	50%	50	50%
ST Participações Ltda	<u>1.050</u>	<u>50%</u>	<u>50</u>	<u>50%</u>
Total do capital social	<u>2.100</u>	<u>100%</u>	<u>100</u>	<u>100%</u>

Reserva legal

Conforme previsto no Estatuto Social, a Companhia deve destinar 5% do lucro para a reserva legal, até que esta atinja a 20% do capital social. Em 31 de dezembro de 2024 conforme prejuízo apurado no exercício não foi constituída a reserva legal.

Dividendos obrigatórios

Conforme previsto em Estatuto Social, a Companhia deve destinar a importância para distribuição do dividendo obrigatório e/ou juros sobre capital próprio, na forma da Lei nº 9.249/95, aos acionistas, no percentual mínimo de 25% do lucro líquido ajustado, na forma do art. 202 da Lei nº 6.404/76. No exercício de 2024 a Companhia não distribuiu dividendos pois apresentou prejuízo.

14 Receita líquida

A composição da receita líquida é conforme segue:

	31/12/2024	31/12/2023
Receita de serviços de transporte	90.462	43.951
Impostos sobre serviços (*)	<u>2.127</u>	<u>(4.030)</u>

Receita operacional líquida	92.589	39.921
------------------------------------	---------------	---------------

As receitas da Companhia referem-se à prestação de serviço de transporte e venda de mercadorias decorrente de sinistros.

(*) Os impostos sobre serviços apresentam resultado positivo devido as prestações de serviços de transportes em que as mercadorias transportadas são destinadas à exportação, dessa forma, as receitas de prestação de serviços de transportes se amoldam às hipóteses de suspensão e imunidade para o Pis e a Cofins, conforme prevê a legislação destas contribuições sociais, o que resulta em um débito menor que o crédito.

15 Despesas por natureza e por função

A composição dos custos dos produtos vendidos é conforme segue:

	31/12/2024	31/12/2023
Fretes contratados	(31.096)	-
Combustíveis	(29.482)	(17.024)
Salários, provisões e encargos	(9.204)	(5.375)
Manutenção de frota	(7.408)	(4.035)
Depreciações	(6.747)	(2.348)
Pedágios	(3.213)	(1.206)
Estadias e viagens	(211)	(683)
Seguros diversos	(216)	(288)
Rastreamento	(838)	(146)
Consultoria e assessoria	(554)	(418)
Manutenção de software, máquinas e instalações	(339)	-
Alimentação	(332)	(161)
Serviços de terceiros	(1.075)	(13)
IPVA, despachante e emplacamento	(912)	(460)
Outras despesas	(1.363)	(1.263)
Total das despesas por natureza	(92.990)	(33.420)
Custos dos serviços prestados	(86.700)	(31.356)
Despesas gerais e administrativas	(6.290)	(2.064)
Total das despesas por função	(92.990)	(33.420)

16 Resultado financeiro, líquido

	31/12/2024	31/12/2023
Receitas financeiras		
Descontos obtidos	57	29
Rendimento de aplicação financeira	4	3

Variações monetárias ativas	16	-
Outras receitas financeiras	-	6
Total das receitas financeiras	77	38
Despesas financeiras		
Descontos concedidos	(231)	(179)
Despesas com cobranças	(13)	-
Juros passivos	(21)	(296)
Juros sobre empréstimos e financiamentos	(12.615)	(2.629)
Juros sobre arrendamentos	(1.141)	-
Multa de mora ou atraso	(6)	(10)
Tarifas bancárias	(30)	(8)
IOF	(351)	-
Outras despesas financeiras	(332)	-
Total das despesas financeiras	(14.740)	(3.122)
Total do resultado financeiro, líquido	(14.663)	(3.084)

17 Partes relacionadas

a. Transações com partes relacionadas

	31/12/2024	31/12/2023
Ativo circulante		
Contas a receber de clientes		
Transportes Transvidal S.A.	1.385	166
Vidal Logística e Transportes S.A.	1.612	1.353
	<u>2.997</u>	<u>1.519</u>
Total	<u>2.997</u>	<u>1.519</u>
Passivo circulante		
Fornecedores		
FF Locadora de Veículos S.A.	-	5
Transportes Transvidal S.A.	27	-
VDA Logística e Transportes Ltda	7	-
VDA Logística e Transportes S.A.	15	-
Vidal Logística e Transportes S.A.	108	-
	<u>157</u>	<u>5</u>
Empréstimos e financiamentos		
F&F Cred Securitizadora S.A.	14.016	-
	<u>14.016</u>	<u>-</u>
Adiantamentos de clientes		
Transportes Transvidal S.A.	304	1.529

Vidal Logística e Transportes S.A.	7	-
	<u>311</u>	<u>1.529</u>
Outras contas a pagar		
Empréstimos de acionistas	-	592
	-	592
Arrendamentos a pagar		
FF Locadora de Veículos S.A.	2.951	-
	<u>2.951</u>	<u>-</u>
Total	<u>17.435</u>	<u>2.126</u>
Passivo não circulante		
Arrendamentos a pagar		
FF Locadora de Veículos S.A.	13.985	-
	<u>13.985</u>	<u>-</u>
Outras contas a pagar		
Empréstimos de acionistas	592	-
	<u>592</u>	<u>-</u>
Total	<u>14.577</u>	<u>-</u>
Resultado		
Receita		
Transportes Transvidal S.A.	36.373	2.358
VDA Logística e Transportes Ltda	32	-
Vidal Logística e Transportes S.A.	46.479	39.197
	<u>82.884</u>	<u>41.555</u>
Total	<u>82.884</u>	<u>41.555</u>
Custo		
Transportes Transvidal S.A.	27	-
VDA Logística e Transportes Ltda	7	-
VDA Logística e Transportes S.A.	15	-
Vidal Logística e Transportes S.A.	108	-
	<u>157</u>	<u>-</u>
Total	<u>157</u>	<u>-</u>

Os empréstimos e financiamentos com parte relacionada possuem prazo definido e incidem juros a uma taxa de 19,08% a.a.

b. Remuneração do pessoal chave da administração

O pessoal-chave da administração inclui os diretores, sendo que a remuneração paga, na forma de pró-labore, foi de R\$ 30 em 2024 e R\$ 179 em 2023.

18 Provisão para processos cíveis, tributários e trabalhistas

A Companhia é parte envolvida em processos trabalhistas, cíveis e tributários em andamento e estão discutindo essas questões tanto na esfera administrativa como na judicial, as quais, quando aplicáveis, são amparadas por depósitos judiciais. As provisões para as eventuais perdas decorrentes desses processos são estimadas e atualizadas pela Administração, com auxílio dos seus consultores legais externo. No ano de 2024 e 2023 não tiveram processos com risco de perda provável.

19 Gerenciamento de riscos e instrumentos financeiros

a. Gerenciamento de riscos

No curso normal de seus negócios, a Companhia está exposta a riscos de crédito, liquidez e de mercado, os quais são gerenciados ativamente em conformidade à Política de Gestão de Risco Financeiro (“Política de Risco”) e diretrizes internas a ela subordinadas.

A administração desses instrumentos é efetuada por meio de estratégias operacionais e controles internos visando assegurar liquidez, rentabilidade e segurança. A contratação de instrumentos financeiros com o objetivo de proteção é feita por meio de uma análise periódica da exposição ao risco que a administração pretende cobrir. A política de controle consiste em acompanhamento permanente das condições contratadas versus condições vigentes no mercado. A Companhia não efetua aplicações de caráter especulativo, em derivativos ou quaisquer outros instrumentos financeiros de risco.

Os valores dos instrumentos financeiros ativos e passivos constantes nas demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2024 e 2023 foram determinados de acordo com os critérios e as práticas contábeis divulgadas em notas explicativas específicas.

A Companhia apresenta exposição aos seguintes riscos advindos do uso de instrumentos financeiros:

(i) *Administração de riscos de crédito*

O risco de crédito de aplicações financeiras está limitado às contrapartes conforme classificação de *rating* e concentração do portfólio da Companhia.

Os valores contábeis dos principais ativos financeiros que representam a exposição máxima ao risco de crédito na data das demonstrações financeiras estão demonstrados a seguir:

Administração de risco de crédito	Nota	31/12/2024	31/12/2023
Caixa e equivalência de caixa	4	1.698	249
Contas a receber de clientes	5	3.427	1.697
Outras contas a receber	7	460	279
Total		5.585	2.225

Visando gerenciar o risco de crédito associado a estes ativos, o saldo de caixa e equivalentes de caixa é mantido com bancos e instituições financeiras de grande porte. Para os demais saldos recebíveis, a Companhia realiza análise da situação dos devedores através de políticas de concessão de crédito a fim de mitigar riscos de inadimplência.

(ii) **Administração de riscos de liquidez**

A gestão do risco de liquidez visa minimizar os impactos causados por eventos que possam comprometer o desempenho da Companhia sob a perspectiva de caixa.

A Administração monitora as previsões contínuas das exigências de liquidez da Companhia para assegurar que se tenha caixa suficiente para atender às necessidades operacionais.

Em 31 de dezembro de 2024, os equivalentes de caixa mantidos pela Companhia possuem liquidez imediata e são considerados suficientes para administrar o risco de liquidez. Abaixo, a exposição estimada da Companhia nas principais obrigações passivas, com a previsão de pagamento de juros.

31 de dezembro 2024	Valor contábil	Fluxo contratado	1 ano	2 anos	3 anos	4 anos	5 anos ou mais
Fornecedores	1.811	1.811	1.811	-	-	-	-
Empréstimos e financiamentos	78.358	92.417	43.518	24.990	14.618	6.291	-
Adiantamentos de clientes	888	888	888	-	-	-	-
Arrendamentos a pagar	16.936	23.527	5.350	5.324	5.063	4.920	2.870
Total	97.993	118.643	51.567	30.314	19.681	11.211	2.870

31 de dezembro 2023	Valor contábil	Fluxo contratado	1 ano	2 anos	3 anos	4 anos	5 anos ou mais
Fornecedores	1.346	1.346	1.346	-	-	-	-
Empréstimos e financiamentos	68.842	86.357	27.511	23.660	20.517	8.042	6.627
Adiantamentos de clientes	1.559	1.559	1.559	-	-	-	-
Total	71.747	89.262	30.416	23.660	20.517	8.042	6.627

(iii) **Administração de riscos de taxa de juros**

O risco de taxas de juros é aquele pelo qual a Companhia poderá vir a sofrer perdas econômicas decorrentes de alterações nas taxas de juros que afetem seus ativos e passivos.

A política de riscos da Companhia não restringe a exposição às diferentes taxas de juros e também não estabelece limites entre taxas pré ou pós-fixadas. Entretanto, a Companhia monitora continuamente as taxas de juros de mercado visando avaliar a eventual necessidade de contratação de operações com o objetivo de proteção contra a volatilidade dessas taxas e para gerenciar o descasamento entre suas aplicações financeiras e dívidas.

Em 31 de dezembro de 2024 a Companhia estava exposta aos riscos de taxas de juros, conforme abaixo:

Administração de riscos de taxa de juros	Nota	31/12/2024	31/12/2023
Aplicações financeiras	4	29.640	57.349
Empréstimos e financiamentos	12	(78.358)	(68.842)
Arrendamentos a pagar	11	(16.936)	-
Total da exposição líquida		(65.654)	(11.493)

A simulação do índice da variação dos ativos e passivos líquidos, a título de análise de sensibilidade e impacto líquido nas demonstrações financeiras está apresentada abaixo.

Índices	CDI em 2024	Cenário provável em 2025
Ativos e passivos líquidos sujeitos a variação do CDI: (R\$ 29.640)	13,0%	14,0%
Variação em R\$	3.853	4.150

(iv) ***Instrumentos financeiros por categoria***

	Hierarquia do valor justo	31/12/2024		31/12/2023	
		Custo amortizado	Valor justo	Custo amortizado	Valor justo
Ativo					
Caixa e equivalentes de caixa	Nível 2	-	1.698	-	249
Contas a receber de clientes	Nível 2	3.427	-	1.697	-
Outras contas a receber	Nível 2	460	-	279	-
Passivo					
Fornecedores	Nível 2	1.811	-	1.346	-
Empréstimos e financiamentos	Nível 2	78.358	-	68.842	-
Arrendamentos a pagar	Nível 2	16.936	-	-	-
Outras contas a pagar	Nível 2	592	-	592	-

(v) ***Administração de capital***

A definição da estrutura de capital ideal da Companhia está essencialmente associada à:

- (i) Robustez de caixa como fator de tolerância a choques de liquidez;
- (ii) Alavancagem financeira e;
- (iii) Maximização do custo de oportunidade do capital.

A estratégia de caixa e liquidez leva em consideração cenários históricos de volatilidade de resultados, bem como simulações de crises setoriais e sistêmicas e fundamenta-se em permitir resiliência em cenários de acesso restrito ao capital.

A alavancagem financeira busca o equilíbrio entre as diversas fontes de financiamento e respectivas condições de alocação com o objetivo de maximizar o custo de oportunidade da Companhia em suas iniciativas de expansão de negócios. Além disso, o objetivo de manutenção do grau de investimento disciplina a ponderação de capital próprio e de terceiros. A Companhia monitora os níveis de endividamento e de dívida líquida.

Elisandro Rodrigo Antunes
Diretor Presidente
CPF: 036.706.299-20

Helen da Silva Teixeira
Contador CRC RS-075207
CPF: 003.622.760-99